



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO N° 464/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019

REGISTRO DE PREÇO N° 022/2019

ATENÇÃO!

Leia com atenção todos os termos deste Edital.
Confira toda a documentação antes de apresentar os envelopes de proposta comercial e habilitação.

A Prefeitura de Cássia/MG torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, a fim de selecionar propostas para Registro de Preços, em Sessão Pública em sua sede, na Rua Argentina, n° 150, Jardim Alvorada, na sala da Seção de Licitações e Contratos, **às 8h do dia 02 de setembro de 2019**, quando serão recebidos os credenciamentos, envelopes de proposta comercial (n° 01) e documentos de habilitação (n° 02), tendo como objeto a **“Futura e Eventual Aquisição de Pão, Leite Pasteurizado, Quitandas, Salgadinhos e Outros para a Manutenção das Atividades da Administração Municipal”**, cujo critério de julgamento será o de **“Menor Preço por Item”**, conforme planilha constante nos Anexos I e II.

01 – DO OBJETO

01.1 - Constitui objeto desta licitação a **“Futura e Eventual Aquisição de Pão, Leite Pasteurizado, Quitandas, Salgadinhos e Outros para a Manutenção das Atividades da Administração Municipal”**, conforme planilha constante nos Anexos I e II.

01.2 – **A entrega do Item 12 deverá ser realizada em veículo isotérmico, dotados de equipamentos de refrigeração, o qual deverá estar em funcionamento deste o início do carregamento até a entrega do produto, de conformidade com especificações do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.**

02 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

02.1 – Poderão participar deste Pregão quaisquer interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

02.1.1 - Essa licitação NÃO se destina exclusivamente à MEs e EPPs tendo em vista os incisos II e III do art. 49 da Lei Complementar n° 123/2006 e alterações posteriores.

02.2 – Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

02.3 – A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

02.4 – Todas as partes deste edital são complementares entre si, de tal modo que qualquer detalhe que se mencione em uma delas considerar-se-á especificado e válido para todas as demais e, fazendo parte integrante deste todo segue 04 anexos contendo: Anexo I – Termo de Referência, Anexo II – Planilha, Anexo III – Modelos e Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços.

02.5 – As empresas só poderão participar do Pregão com um único representante, o qual deverá apresentar o credenciamento específico para tanto no ato de abertura da reunião, que poderá seguir modelo constante no Anexo III.

02.6 – A relação a ser apresentada é composta de “Proposta Comercial” (envelope n° 01) e “Documentos de Habilitação” (envelope n° 02) que deverá ser entregue por pessoa credenciada, apresentada em 02 envelopes opacos, fechados e lacrados, contendo na parte frontal e externa, de maneira bem nítida, razão social da empresa participante e os seguintes títulos:

ENVELOPE N°01

PROPOSTA COMERCIAL
PREFEITURA DE CÁSSIA/MG
PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019
REGISTRO DE PREÇO N° 022/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N° 464/2019
DATA: 02/09/2019
ABERTURA: 8h
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
ENDEREÇO

ENVELOPE N°02

DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO
PREFEITURA DE CÁSSIA/MG
PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019
REGISTRO DE PREÇO N° 022/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N° 464/2019
DATA: 02/09/2019
ABERTURA: 8h
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
ENDEREÇO

02.7 – As propostas deverão ser assinadas ou rubricadas pelo representante legal da empresa participante ou por pessoa credenciada especialmente para atuar nesta licitação, **através de procuração específica** ou conforme modelo no Anexo III.



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

02.8 – Não serão admitidas propostas que apresentarem preços unitários simbólicos, irrisório ou de valor zero, ou ainda se os preços forem incompatíveis com os preços de mercado.

02.9 - Não serão aceitos envelopes de proposta comercial e de documentação, remetidos por telex, correio eletrônico (internet) e *fac símile* (Fax), mas para o caso de ausência do licitante (representante) na Sessão, serão aceitos por via postal (Correios), desde que expedidos em tempo de serem recebidos até o horário e data de início da Sessão, onde depreenderá apenas e tão somente que ele estará, unicamente, abrindo mão do direito de formular lances verbais (artigo 4º, inciso VIII, da Lei 10.520/02), do direito de recorrer imediatamente ao final da sessão (artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/02) e, eventualmente, do direito de desempatar a licitação, se for microempresa ou empresa de pequeno porte (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06).

Nota: Na sessão pública, os representantes credenciados pelas empresas serão convidados a rubricar os documentos recebidos, bem como a assinar a Ata da sessão.

03 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

03.1 – Até 02 dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, desde que de forma motivada.

03.2 – Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição impugnatória no prazo de 24 horas.

03.3 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

04 – DO CREDENCIAMENTO

04.1 – Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o proponente / representante deverá se apresentar para credenciamento devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, **exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente**.

04.2 – O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de mandato, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

04.3 – No caso de credenciamento por instrumento particular de mandato ou documento de credenciamento de representante, conforme o modelo do Anexo III, com firma reconhecida de dirigente, sócio, cotista, acionista ou proprietário **OU** para o caso de credenciamento de dirigente, sócio, cotista, acionista ou proprietário da empresa proponente, sem que seja necessária a apresentação do documento de credenciamento constante no Anexo III, deverá ser apresentada em cópia autenticada ou para autenticação via servidor público autorizado para tal com vista à original, o seguinte documento:

a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social, e / ou da última alteração constitutiva, estatutária ou contratual, desde que **Consolidado na Junta Comercial** ou, conforme o caso, devidamente registrado em cartório oficial, no qual sejam expressos os poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; OU

b) Registro comercial, no caso de empresa individual ou EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, ou microempreendedor individual MEI); OU

c) Em se tratando de Sociedade por Ações, acompanhadas dos documentos de eleição de seus atuais administradores; OU

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício.

*** OBS:** Fica o licitante credenciado, dispensado de apresentar a documentação expressa nas alíneas “a” ou “b” ou “c” ou “d” da **Cláusula 04.3** no **ENVELOPE nº 02** (Documentação para Habilitação).

04.4 – O representante legal da licitante que não se credenciar perante o pregoeiro e equipe de apoio, ficará impedido de participar da fase de lances verbais de negociação de preços, interpirem recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes relativos a este Pregão. Neste caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

04.5 – As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar declaração, **FORA DOS ENVELOPES, junto ao credenciamento**, afirmando que se enquadra nos termos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, conforme modelo do Anexo III.

04.6 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo **SIMPLES NACIONAL**, apresentar **comprovante de opção pelo SIMPLES** disponível no site da Receita Federal do Brasil, **FORA DOS ENVELOPES, junto ao credenciamento**, exceto para os casos previstos em Lei, onde há vedação da opção pelo Simples Nacional.

04.6.1 – Apresentar junto com a declaração mencionada anteriormente, no credenciamento, o comprovante da **Junta Comercial de Enquadramento da empresa como ME ou EPP, podendo ser a CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL OU o Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF.**

05 – DA SESSÃO DO PREGÃO

05.1 – Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes.

05.2 – Os representantes credenciados das empresas proponentes deverão apresentar declaração dando ciência de que **cumprem plenamente os requisitos de habilitação previstos no edital, conforme inciso VII do art.4º da lei 10.520/2002 (modelo anexo III), com pena de não poderem participar do certame.**

05.3 – Cumprido as exigências do item 05.2 os representantes entregarão os envelopes de proposta comercial (nº 01) e habilitação (nº 02).

06 – DAS PROPOSTAS COMERCIAIS (Envelope nº01)

06.1 – Constituída pelos documentos seguintes que devem ser apresentados em 01 via, dispostos ordenadamente.

06.2 – Da Carta de Apresentação da Proposta Comercial

06.2.1 - A empresa deverá apresentar, em impresso próprio, Carta de Apresentação da Proposta Comercial, devidamente datada, carimbada e assinada, conforme modelo no Anexo III.

06.3 – Do Preenchimento da Proposta Comercial

06.3.1 – Proposta Comercial (conforme modelo no Anexo II) datilografada ou impressa por processador de texto, em uma via, assinada e rubricada em todas suas páginas e complementos, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, acréscimo, entrelinhas ou omissões, datada e assinada pelo representante legal da empresa, em linguagem clara e objetiva, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo constando:

- **A razão social da empresa, endereço e o nº do CNPJ/MF;**
- **Pregão Presencial nº 041/2019 - abertura dia 02/09/2019 às 8h;**
- **Processo Licitatório nº 464/2019 – Registro de Preços nº 022/2019;**
- **Planilha, com preenchimento dos campos em branco conforme modelo no Anexo II, em papel próprio da empresa.**

06.3.2 – O preço deverá ser cotado para as condições de pagamento e recomposições previstas neste edital, incluído de toda e qualquer incidência de impostos.

06.3.3 – É vedado à empresa participante colocar em sua proposta mais de uma opção.

06.3.4 – O preço utilizado nesta licitação deverá estar expresso em moeda corrente nacional, constando o valor numérico em real limitando-se a indicação do mesmo a 02 dígitos após a vírgula. Ex.: R\$ 11,11.

06.3.5 – Não serão consideradas as propostas que contenham rasura ou emenda. A proposta apresentada deverá ter o prazo de validade de 60 dias.

06.3.6 – As propostas comerciais serão verificadas quanto ao atendimento das condições aqui expressas, podendo ser desclassificadas aquelas que:



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

- a) Estiverem em desacordo com qualquer exigência disposta neste Edital;
- b) Apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- c) Apresentarem preços superiores aos praticados no mercado.

07 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

07.1 – Dentre as propostas, o Pregoeiro classificará em primeiro lugar a proposta de **Menor Preço Por Item** e as demais que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% acima da proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

07.2 – Se não houver, no mínimo 03 propostas de preço nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas apresentadas.

07.3 – DOS LANCES VERBAIS

07.3.1 – Aos licitantes, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior valor.

07.3.2 - Se houver duas ou mais propostas escritas, em absoluta igualdade de condições, serão realizadas sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.

07.3.3 – Caso o licitante não queira ofertar lances, o mesmo será excluído da fase de lances verbais e será mantido o valor da proposta ou de seu último lance para efeito de classificação final.

07.3.4 – Não caberá desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades da Lei Federal 10.520/02 e Lei Federal 8.666/93.

07.3.5 - Atendendo aos termos da Lei Complementar nº123/2006, de 14/12/2006, após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% superior à proposta mais bem classificada.

07.3.6 - Para efeito do disposto no item 7.3.5, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

07.3.6.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 05 minutos, após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

07.3.6.2 - Não ocorrendo contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma de subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.3.5, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

07.3.6.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.3.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

07.3.6.4 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 7.3.5, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

07.3.6.5 - O disposto no subitem 7.3.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresas ou empresas de pequeno porte.

07.3.6.6 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou do procedimento em caso de empate, conforme disposto neste item, será verificada a conformidade entre menor lance e o valor estimado para a contratação.

07.4 – DO JULGAMENTO

07.4.1 - O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

07.4.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro verificará a conformidade das Propostas Comerciais com os requisitos formais e materiais do edital e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, sendo desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo, decidindo motivadamente a respeito.

07.4.2.1 - Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

07.4.2.2 - Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

07.4.3 - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.

07.4.4 - Sendo aceitável a oferta de menor preço será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

07.4.5 – Constatado o atendimento pleno às exigências deste edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

07.4.6 - Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, pela ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

07.4.7 - Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

07.5 - Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.

07.6 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes que tiverem suas propostas desclassificadas em todos os itens, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” inviolada, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

08 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (envelope nº 02)

08.1-Constituída por um conjunto de documentos que devem ser apresentados em 01 (uma) via dispostos ordenadamente, contendo os documentos originais ou em fotocópias devidamente **AUTENTICADAS** (Cartório ou Funcionário da Prefeitura autorizado para tanto), entregues em envelope identificado como **nº 02**, lacrado e opaco. São os seguintes documentos:

A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

A.1 – Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF.

A.2 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

B) REGULARIDADE FISCAL

B.1 – Certificado de Regularidade de Situação (CRS), perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade na data da apresentação.

B.2 - Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal, com validade na data da apresentação.

B.3 - Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual, com validade na data da apresentação.

B.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão conjunta emitida relativa à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Certidão expedida pela Delegacia da Receita Federal e Regularidade com INSS, da unidade da federação onde a empresa licitante tem a sua sede, conforme exposto na Portaria MF 358 de 05/09/2014, que trata da unificação das Certidões da Receita Federal, Fazenda Nacional e Previdência, com validade na data da apresentação.



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

B.5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, com validade na data da apresentação.

* As Certidões se positivas, devem conter as informações que permitam ao Pregoeiro acatá-las como negativas.

C) DEMAIS DOCUMENTOS

C.1 – Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, exigência que se dará por intermédio de Declaração firmada pelo licitante, nos termos do modelo constante no Anexo III.

C.2 – **Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Comarca da empresa licitante, com data não superior a **90 dias** da data do recebimento dos envelopes “Documentos para Habilitação” e “Proposta Comercial”.

C.3 – **Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 meses da data de apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios **OU** Balanço de Abertura referente ao exercício em curso, na hipótese de empresa criada neste exercício.

C.3.1 – O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito. **Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.**

C.3.2 – O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de “Recibo de entrega de livro digital”. **Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.**

C.3.3 – As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar os documentos na forma do item **C.3.**

C.3.4 – Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando-se o exigido no item **C.3** constante nos subitens **C.3.1 e C.3.2.**

C.4 – Declaração firmada pelo representante legal da empresa, designado em seus estatutos como tal, obrigando-se, sob as penas de lei, a comunicar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme modelo constante no Anexo III.

C.5 - Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme modelo constante no Anexo III.

C.6 – **Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) válido** da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal.

C.7 – **Alvará / Certificado de Vistoria Concedido pela Vigilância Sanitária ou Registro no IMA ou SIF (somente para quem cotar Item 12).**

C.8 – Da habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e alterações posteriores:

C.8.1 - A comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

C.8.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

C.8.3 - Havendo alguma restrição na **COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL**, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial correspondente ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, prorrogáveis por igual período, **A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

C.8.4 - O critério a ser usado pela Administração Municipal **PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL**, somente será aceito com justificativa formalizada e protocolizada até o 5º (quinto) dia útil do primeiro prazo.



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

Obs.: A não apresentação de quaisquer dos documentos solicitados implicará na desclassificação automática da empresa.

09 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

09.1 – Declarado(s) o(s) vencedor (es), qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar as contra razões do recurso, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

09.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, e adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro, ao vencedor.

09.3 – O recurso contra a decisão do Pregoeiro, bem como a impugnação, não terão efeitos suspensivos.

09.4 – O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

09.5 – A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata. Nesta hipótese, igual procedimento será facultado aos demais licitantes, para contra razões.

09.6 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Seção de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal, na Rua Argentina nº 150, Jardim Alvorada, **nos dias úteis no horário das 7h às 11h e das 13h às 17h.**

09.7 – Não serão reconhecidos os memoriais de recursos enviados por fax e/ou intempestivos.

10 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da execução da presente Ordem de Fornecimento correrão à conta dos seguintes recursos orçamentários:

02.01.04 – 24.131.2405.2.087 – 339030 – (Ficha 77) Rádio

02.02.01 – 04.122.0402.2.013 – 339030 – (Ficha 94) Administração

02.04.04 – 12.306.1205.2.061 – 339030 – (Ficha 298) Ensino

02.04.04 – 12.306.12.05.2.062 – 339030 – (Ficha 301) Ensino

02.04.04 – 12.306.12.05.2.132 – 339030 – (Ficha 304) Ensino

02.04.05 – 12.122.1206.2.172 – 339030 – (Ficha 332) Ensino

02.05.01 – 23.695.23.01.2.085 – 339030 – (Ficha 347) Turismo

02.06.01 – 12.122.08.01.2.153 – 339030 – (Ficha 360) CRAS

02.06.01 – 12.122.08.01.2.154 – 339030 – (Ficha 368) Ass. Social

02.06.01 – 12.122.08.01.2.159 – 339030 – (Ficha 375) CREAS

02.06.01 – 12.122.08.01.2.162 – 339030 – (Ficha 385) PAIF

02.06.01 – 12.122.08.01.2.163 – 339030 – (Ficha 391) IGD

02.06.01 – 12.122.08.01.2.164 – 339030 – (Ficha 396) IGD - M

02.06.01 – 12.122.08.01.2.165 – 339030 – (Ficha 405) PAEFI

02.06.01 – 12.122.08.01.2.166 – 339030 – (Ficha 414) Piso Mineiro

02.07.01 – 10.301.1001.2.177 – 339030 (Ficha 503) Saúde Atenção Básica



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

02.07.02 – 10.304.1002.2.178 – 339030 – (Ficha 528) Vigilância Epidemiológica

02.07.04 – 10.302.1004.2.181 – 339030 – (Ficha 620) Saúde

02.09.02 – 13.392.1301.2.076 – 339030 – (Ficha 865) Esporte

E suas correspondentes para **2.019**.

11 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Após o julgamento e adjudicação, o Pregoeiro e Equipe de Apoio de Licitações remeterá o processo, com a ordem de classificação das empresas, à autoridade superior (Prefeito Municipal) para homologar, ou não, todo o procedimento.

11.2 - Inexistindo interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, e encaminhará o processo respectivo para homologação do resultado pelo Prefeito Municipal.

11.3 – Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Prefeito Municipal procederá à adjudicação e homologação e determinará a contratação.

12 – DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO E SANÇÕES

12.1 – A empresa vencedora da presente licitação deverá assinar a Ata de Registro de Preços no **prazo máximo de 03 dias úteis**, contados da convocação que lhe for feita para tanto.

12.2 - Caso a empresa vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade de sua proposta aplicar-se-á o disposto dos incisos XXIII e XVI do art. 4º da Lei 10.520/2002.

12.3 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal, resguardada os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

a) Multa compensatória no percentual de 20% do valor global da contratação, por não disponibilizar / entregar o objeto, sem justificativa formalizada e aceita pela Administração Municipal;

b) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% calculada sobre o valor total estimado da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 02 dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando inexecução parcial;

c) Multa compensatória no percentual de 20%, calculada sobre o valor total estimado da contratação pela inadimplência além do prazo de 02 dias úteis, caracterizando a inexecução parcial;

d) Advertência / Notificação Extrajudicial.

12.4 – A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº. 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a Terceiros.

12.5 – A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Cássia/MG, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal.

12.6 – O valor da multa poderá ser descontado na Nota Fiscal ou crédito existente na Prefeitura Municipal, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da Lei.

12.7 – As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato de funcionário da Prefeitura Municipal, devidamente justificado.

12.8 – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, responderá pelas penalidades contidas na Legislação que rege o assunto. Não manter sua proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Cássia/MG, pelo período de 02 anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no contrato e nas demais cominações legais.



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

12.9 – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais.

12.10 - Realizar o fornecimento no prazo previsto e de acordo com Ordem de Fornecimento emitida pela Prefeitura.

12.11 - Manter, durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, exigidas no Edital e seus anexos.

12.12 - Responsabilizar-se pelo pagamento de impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outras despesas referentes ao fornecimento.

12.13 - Qualquer sinistro que porventura vir a ocorrer, seja de natureza material ou pessoal, durante o período de fornecimento serão de inteira responsabilidade da (s) licitante (s) vencedora (s) da presente licitação.

12.14 – A associação da (s) licitante (s) vencedora (s) com outrem, a cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, só serão admitidas quando apresentada à documentação comprobatória que justifiquem quaisquer das ocorrências e com o consentimento prévio e por escrito da Prefeitura e desde que não afete a boa execução do objeto.

Obs.: Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado a licitante o contraditório e a ampla defesa.

13 – DA FISCALIZAÇÃO

13.1 – A Prefeitura Municipal, através de representante de cada setor, exercerá a fiscalização do contrato, e registrará todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a correção das irregularidades apontadas.

13.2 - A fiscalização da Administração em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

14 – DA ENTREGA

14.1 – A empresa vencedora deverá entregar os pães, leite, quitandas, salgadinhos e outros no endereço de entrega informado na ordem de Fornecimento, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, de acordo com a necessidade do Município.

14.2 – As despesas com impostos e encargos, locomoção, transporte, equipamentos, operadores e outras mais que se fizerem necessárias para o fornecimento do (s) produto (s) será (ão) de inteira responsabilidade da licitante vencedora, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal.

14.3 – A quantidade de produto (s) a ser fornecido deve ser autorizada pela Prefeitura Municipal ou a quem esta designar.

14.4 – **A (S) EMPRESA (S) VENCEDORA (S) DEVERÁ (ÃO) APRESENTAR AMOSTRA (S) E FICHA (S) TÉCNICA (S) DE (S) PRODUTO (S), CASO SEJA SOLICITADO PELO SETOR RESPONSÁVEL.**

15 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1 – A licitante vencedora deverá apresentar à Seção de Compras uma Nota Fiscal Eletrônica, constando quantidade e descrição dos itens fornecidos, de acordo com ordem de fornecimento previamente enviada, aguardando até **30 dias corridos** após a entrega da mesma para efetuação do pagamento.

15.2 – Os valores constantes da proposta poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato, na forma do art. 65, II “d” da Lei 8.666/93.

15.3 – As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

16 – DA ATA E DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – Homologada a presente licitação, a Prefeitura Municipal lavrará documento denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com os preços das propostas classificadas em primeiro lugar, devidamente registrados, antecedente ao contrato de fornecimento destinado a subsidiar o Quadro Geral de Preços, o qual terá validade **por um período de 12 (doze) meses**.



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

16.2 – A Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos os órgãos da administração direta e autárquica do município.

17 – DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

17.1 – Lavrada a Ata de Registro de Preços respectiva, a licitante vencedora e a Prefeitura Municipal celebrarão contrato de expectativa de fornecimento, nos moldes da minuta constante do Anexo IV deste Edital, quando assim a lei o exigir.

17.2 – Se a licitante vencedora não comparecer na Seção de Licitações e Contratos a fim de assinar o contrato ou não entregar os produtos licitados dentro do prazo de 02 dias úteis, após regularmente convocada, ou ainda, quando for o caso, deixar de apresentar o comprovante da prestação da garantia contratual, ensejará a aplicação de multa prevista no título SANÇÕES deste Edital.

17.2.1 – Em caso da licitante vencedora não assinar o contrato, reserva-se à Prefeitura Municipal, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas ao primeiro colocado, inclusive quanto ao preço atualizado, ou revogar a licitação, independente das sanções previstas para a licitante vencedora neste Edital.

17.3 – Até a assinatura do contrato, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a prefeitura tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

17.4 – Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, a Prefeitura poderá convocar as licitantes remanescentes observadas ordem de classificação de acordo com a Lei Federal 10.520/02.

17.5 – O contrato de expectativa de fornecimento a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido a qualquer tempo, independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos no artigo 77 e 78 na forma do artigo 79 da Lei Federal 8.666/93.

18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – As empresas que não apresentarem suas propostas corretamente, de acordo com as especificações deste edital e seus anexos, serão desclassificadas. As propostas não serão recebidas e não poderão receber quaisquer adendos após a data e hora marcadas para seu recebimento.

18.2 – Da reunião para recebimento, abertura e julgamento das documentações e propostas comerciais, lavrar-se-á ata circunstanciada na qual se mencionará todas as ocorrências, sendo lida e assinada por todos os presentes.

18.3 – Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou que venham como alternativa.

18.4 – Integram o presente edital 04 anexos: Anexo I – Termo de Referência, Anexo II – Planilha, Anexo III – Modelos e Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços.

18.5 – Esta licitação poderá ser:

- Anulada a qualquer tempo, por ilegalidade constatada ou provocada em qualquer fase do processo;
- Adiada, por motivo justificado;
- Revogada, por razões de interesse público.

18.6 - O Edital do Pregão está à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, das 7h às 11h e das 13h às 17h – informações pelo tel. (0**35)3541-5000 Ramais 209 e 210, pelos e-mails alessandro.andrade@cassia.mg.gov.br, daniela.sampaio@cassia.mg.gov.br e ou marcos.veiga@cassia.mg.gov.br e para tirar dúvidas técnicas Ramal 212 ou pelo email bruno.carvalho@cassia.mg.gov.br ou pelo site www.cassia.mg.gov.br.

Cássia/MG, 19 de agosto de 2019.

Marcos Aparecido Veiga Batista
Pregoeiro



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Código	Quant	Unid	Descrição	V. Unit. Médio
Pregão Presencial nº 041/2019					
Requisitantes: Administração, Educação, Saúde, CRAS e Esporte.					
Data: 02/09/2019					
Horário: 8h					
Objeto: “Futura e Eventual Aquisição de Pão, Leite Pasteurizado, Quitandas, Salgadinhos e Outros para a Manutenção das Atividades da Administração Municipal”.					
01	4029	18.000	Unid.	Salgadinhos sortidos, com peso mínimo de 15g (pastel, coxinha, quibe, risole, empada,...)	R\$ 0,70
02	232	84.000	Unid.	Pão Francês: unidade de 50gr, preparado c/ farinha de trigo, sal e água, que se caracteriza por casca crocante, de cor uniforme castanho-dourada e miolo de cor branca-creme de textura e granulação fina não uniforme. Sabor característico.	R\$ 0,67
03	3453	200	Kg	Pão de queijo pequeno	R\$ 23,63
04	3452	10.000	Unid.	Pão Sovado: unidade de 30gr, preparado c/ farinha de trigo, ovos, fermento, açúcar, leite e óleo, casca de cor uniforme castanho-dourada e miolo de cor branca-creme de textura e granulação fina não uniforme.	R\$ 0,52
05	15873	7.000	Unid	Pão Sovado: unidade de 50gr preparado c/ farinha de trigo, ovos, fermento, açúcar, leite e óleo, casca de cor uniforme castanho-dourada e miolo de cor branca-creme de textura e granulação fina não uniforme.	R\$ 0,78
06	3454	100	Kg	Biscoitinho seco de polvilho	R\$ 28,15
07	3455	80	Kg	Broinha de fubá	R\$ 18,92
08	3456	90	Kg	Bolachinha de nata	R\$ 24,80
09	13398	80	Kg	Bolo de Fubá picado em pedaços	R\$ 20,95
10	233	250	Kg	Bolo de Cenoura com cobertura de chocolate picado em pedaços	R\$ 31,49
11	10769	1.500	Unid.	Lanches embalados em saquinho plástico, contendo: pão, presunto, mussarela e um sachê de Ketchup e um sachê de maionese.	R\$ 4,21
12	10809	30.000	Litros	* Leite pasteurizado tipo "B" em embalagens de 01 (um) litro cada.	R\$ 3,20
13	21871	500	Litros	* Leite zero lactose em embalagem tetrapak de 01 (um) litro cada.	R\$ 3,41
14	10214	10.000	Unid	Pão com gergelim (Maionese, Batata Palha, Presunto, Mussarela, Alface e Cenoura)	R\$ 1,45
15	290	1.500	Frasco	* Refrigerante 02 (dois) litros com data de validade expressa na tampa, sabores variados (cola, guaraná, laranja e limão)	R\$ 5,49
16	11626	1.000	Litros	* Iogurte, sabor morango ou coco, com leite pasteurizado, soro de leite, gelatina, conservante e fermento lácteo, contendo um litro cada sachê. (saquinho)	R\$ 3,99
17	22667	100	Kg	Casadinho – recheio: doce de leite ou goiabada	R\$ 24,50
18	22968	75	Kg	Bolo confeitado (festa) – massa branca ou chocolate, com recheio e cobertura a escolher. Peso médio 5 kg	R\$ 22,50
Valor Estimado para o Período de 12 meses: R\$ 228.505,60 (duzentos e vinte oito mil quinhentos e cinco reais e sessenta centavos)					
Justificativa de Necessidade e aplicação: Manutenção das Atividades da Administração Municipal.					
Validade da Ata de Registro de Preços: <u>12 (doze) meses</u> , conforme a necessidade do Município.					
Validade das Propostas: 60 (sessenta) dias.					
Local de entrega: A empresa vencedora deverá entregar os pães, leite, quitandas, salgadinhos e outros no endereço de entrega informado na ordem de Fornecimento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas , de acordo com a necessidade do Município.					



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

A.1 – Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF.

A.2 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

B) REGULARIDADE FISCAL

B.1 – Certificado de Regularidade de Situação (CRS), perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade na data da apresentação.

B.2 - Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal, com validade na data da apresentação.

B.3 - Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual, com validade na data da apresentação.

B.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão conjunta emitida relativa à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Certidão expedida pela Delegacia da Receita Federal e Regularidade com INSS, da unidade da federação onde a empresa licitante tem a sua sede, conforme exposto na Portaria MF 358 de 05/09/2014, que trata da unificação das Certidões da Receita Federal, Fazenda Nacional e Previdência, com validade na data da apresentação.

B.5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, com validade na data da apresentação.

* As Certidões se positivas, devem conter as informações que permitam ao Pregoeiro acatá-las como negativas.

C) DEMAIS DOCUMENTOS

C.1 – Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, exigência que se dará por intermédio de Declaração firmada pelo licitante, nos termos do modelo constante no Anexo III.

C.2 – Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Comarca da empresa licitante, com data não superior a **90 dias** da data do recebimento dos envelopes “Documentos para Habilitação” e “Proposta Comercial”.

C.3 – Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 meses da data de apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios OU Balanço de Abertura referente ao exercício em curso, na hipótese de empresa criada neste exercício.

C.3.1 – O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

C.3.2 – O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de “Recibo de entrega de livro digital”. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

C.3.3 – As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar os documentos na forma do item C.3.

C.3.4 – Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando-se o exigido no item C.3 constante nos subitens C.3.1 e C.3.2.

C.4 – Declaração firmada pelo representante legal da empresa, designado em seus estatutos como tal, obrigando-se, sob as penas de lei, a comunicar a superveniência de fato impeditiva da habilitação, conforme modelo constante no Anexo III.

C.5 - Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme modelo constante no Anexo III.

C.6 – Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) válido da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal.

C.7 – Alvará / Certificado de Vistoria Concedido pela Vigilância Sanitária ou Registro no IMA ou SIF (somente para quem cotar Item 12).

C.8 – Da habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e alterações posteriores:

C.8.1 - A comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

C.8.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

C.8.3 - Havendo alguma restrição na COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial correspondente ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, prorrogáveis por igual período, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

C.8.4 - O critério a ser usado pela Administração Municipal PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL, somente será aceito com justificativa formalizada e protocolizada até o 5º (quinto) dia útil do primeiro prazo.

Obs.: A não apresentação de quaisquer dos documentos solicitados implicará na desclassificação automática da empresa.

Fiscalização: A fiscalização do contrato será exercida pelos setores responsáveis.

Forma de pagamento: O pagamento será efetuado, no prazo de **30 dias corridos** da data da aceitação dos itens entregues e acompanhados dos documentos fiscais.

Forma de apresentação da proposta: Através da entrega dos envelopes de “PROPOSTA COMERCIAL” E “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”

Obrigações do (a) Contratado (a)

a) Entregar e dar garantia para os bens no local determinado e de acordo com os prazos estabelecidos na proposta, contados a partir da data da assinatura do presente Instrumento.

b) Fornecer juntamente com a entrega do bem toda a sua documentação fiscal;

c) Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;

d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

exigidas na licitação;

e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, nos termos das de fiscalização do contrato;

Obrigações da Administração

a) Comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à CONTRATANTE tal providência;

b) Promover o recebimento provisório e o definitivo nos prazos fixados;

c) Fiscalizar a execução do contrato, informando CONTRATANTE para fins de supervisão;

d) Assegurar ao pessoal da CONTRATADA o livre acesso às instalações para a plena execução do contrato;

e) Efetuar o pagamento no devido prazo fixado no contrato.

Instrumento de Contratação e Sanções

a) A empresa vencedora da presente licitação deverá assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de 03 dias úteis, contados da convocação que lhe for feita para tanto.

b) Caso a empresa vencedora não celebre o contrato dentro do prazo de validade de sua proposta aplicar-se-á o disposto dos incisos XXIII e XVI do art. 4º da Lei 10.520/2002.

c) Multa compensatória no percentual de 20% do valor global da contratação, por não disponibilizar / entregar o objeto no todo ou parcialmente, sem justificativa formalizada e aceita pela Administração Municipal; Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% calculada sobre o valor total estimado da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 02 dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando inexecução parcial; Multa compensatória no percentual de 20% calculada sobre o valor total estimado da contratação pela inadimplência além do prazo de 02 dias úteis, caracterizando a inexecução parcial; Advertência / Notificação Extrajudicial.

d) Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, além de multa, suspender temporariamente o direito da empresa de licitar na Administração, por período não superior a 02 anos e ainda declará-la inidônea, depois de garantida prévia defesa.

e) Na hipótese de multas, a empresa inadimplente será notificada para recolher ao Tesouro Municipal no prazo máximo de 10 dias, a importância das penalidades impostas, sob pena de inscrição da mesma na dívida ativa do Município e respectiva execução fiscal; em sendo possível e no caso de ser mantido o contrato, será facultado à Administração o recolhimento das multas por ocasião do pagamento, através de desconto e compensação no preço.

Obs. Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

Outras Informações:

CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

Para aceitação da proposta o pregoeiro considerará as características do produto ofertado e sua conformidade com as especificações no edital, o prazo e local de entrega, preços e demais requisitos formais e materiais da oferta.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Para julgamento e classificação das propostas o pregoeiro verificará a aceitabilidade das propostas em face dos requisitos do edital, classificando em primeiro lugar aquela de menor preço, com ou sem apresentação de lances, e as demais em ordem crescente.



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

ANEXO II – PLANILHA (envelope nº 01)

ENVELOPE Nº 01 – A empresa licitante deverá apresentar, em impresso próprio, a planilha, de acordo com as descrições abaixo, com preenchimento das colunas em branco, como se segue:

Razão social da empresa, endereço e o nº do CNPJ/MF;

À
Prefeitura de Cássia/MG

REF: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 464/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2019

REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2019

OBJETO: “Futura e Eventual Aquisição de Pão, Leite Pasteurizado, Quitandas, Salgadinhos e Outros para a Manutenção das Atividades da Administração Municipal”.

Item	Código	Quant	Unid.	Descrição	V. Unit.	V. Total
01	4029	18.000	Unid.	Salgadinhos sortidos, com peso mínimo de 15g (pastel, coxinha, quibe, risole, empada,...)		
02	232	84.000	Unid.	Pão Francês: unidade de 50gr, preparado c/ farinha de trigo, sal e água, que se caracteriza por casca crocante, de cor uniforme castanho-dourada e miolo de cor branca-creme de textura e granulação fina não uniforme. Sabor característico.		
03	3453	200	Kg	Pão de queijo pequeno		
04	3452	10.000	Unid.	Pão Sovado: unidade de 30gr, preparado c/ farinha de trigo, ovos, fermento, açúcar, leite e óleo, casca de cor uniforme castanho-dourada e miolo de cor branca-creme de textura e granulação fina não uniforme.		
05	15873	7.000	Unid.	Pão Sovado: unidade de 50gr preparado c/ farinha de trigo, ovos, fermento, açúcar, leite e óleo, casca de cor uniforme castanho-dourada e miolo de cor branca-creme de textura e granulação fina não uniforme.		
06	3454	100	Kg	Biscoitinho seco de polvilho		
07	3455	80	Kg	Broinha de fubá		
08	3456	90	Kg	Bolachinha de nata		
09	13398	80	Kg	Bolo de Fubá picado em pedaços		
10	233	250	Kg	Bolo de Cenoura com cobertura de chocolate picado em pedaços		
11	10769	1.500	Unid.	Lanches embalados em saquinho plástico, contendo: pão, presunto, mussarela e um sachê de Ketchup e um sachê de maionese.		
12	10809	30.000	Litros	* Leite pasteurizado tipo "B" em embalagens de 01 (um) litro cada.		
13	21871	500	Litros	* Leite zero lactose em embalagem tetrapak de 01 (um) litro cada.		
14	10214	10.000	Unid.	Pão com gergelim (Maionese, Batata Palha, Presunto, Mussarela, Alface e Cenoura)		
15	290	1.500	Frascos	* Refrigerante 02 (dois) litros com data de validade expressa na tampa, sabores variados (cola, guaraná, laranja e limão)		
16	11626	1.000	Litros	* Iogurte, sabor morango ou coco, com leite pasteurizado, soro de leite, gelatina, conservante e fermento lácteo, contendo um litro cada sachê. (saquinho)		
17	22667	100	Kg	Casadinho – recheio: doce de leite ou goiabada		
18	22968	75	Kg	Bolo confeitado (festa) – massa branca ou chocolate, com recheio e cobertura a escolher. Peso médio 5 kg		



Prefeitura Municipal de Cássia
Estado de Minas Gerais

*** COLOCAR MARCA NOS ITENS 12, 13, 15 e 16.**

Nome do Banco: N° Banco:
N° e Dígito Agência XXXX-X N° e Dígito Conta XXXXX-X

Valor Total da Proposta: R\$____.____,____ (_____)

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de Entrega: 48 horas para cumprimento de Ordem de Fornecimento.

Local/UF e Data.

Razão Social
CNPJ/MF
Representante legal (nome por extenso)
CPF / RG



Prefeitura Municipal de Cássia
Estado de Minas Gerais

ANEXO III - MODELOS

ESTE ANEXO CORRESPONDE AOS SEGUINTE MODELOS:

- 1 - CARTA PARA CREDENCIAMENTO (OBRIGATÓRIA PARA PARTICIPAÇÃO NA FASE DE LANCES PARA REPRESENTANTE DESIGNADO PELA EMPRESA);
- 2 – DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- 3 – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL;
- 4 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, FIRMADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA;
- 5 – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;
- 6 - DECLARAÇÃO OBRIGANDO-SE COMUNICAR SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVA PARA HABILITAÇÃO;
- 7 - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE NÃO ESTAR SUSPENSÃO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.



Prefeitura Municipal de Cássia
Estado de Minas Gerais

1 – CARTA CREDENCIAL (FORA DOS ENVELOPES)

A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR IMPRESSO PRÓPRIO DA CARTA-CREDENCIAL SEPARADO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL, COMO SE SEGUE:

Local da Firma/UF, de de 2019.

À
Prefeitura de Cássia/MG

Ref: **PROCESSO LICITATÓRIO N° 464/2019**
PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019
REGISTRO DE PREÇO N° 022/2019

Prezados Senhores,

A (nome da empresa), CNPJ/MF n° _____, com sede na _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento **credencia** o (a) Senhor (a) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere poderes para junto à Prefeitura Municipal de Cássia/MG, praticar os atos necessários para representar a empresa na licitação na modalidade de **Pregão Presencial n° 041/2019 - Registro de Preço n° 022/2019**, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação.

Para os efeitos legais, firmamos a presente carta de credenciamento e autorização.

Atenciosamente,

Razão Social
CNPJ/MF
Representante legal (nome por extenso)
CPF / RG

Obs.: 1 - Reconhecer firma de quem assina pela empresa.

2 - Este Documento deve vir à parte, **FORA DOS ENVELOPES “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA COMERCIAL”**.



Prefeitura Municipal de Cássia
Estado de Minas Gerais

2 – DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(FORA DO ENVELOPE).

A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR IMPRESSO PRÓPRIO DA DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À
Prefeitura de Cássia/MG

Ref: **PROCESSO LICITATÓRIO N° 464/2019**
PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019
REGISTRO DE PREÇO N° 022/2019

Prezados Senhores,

A empresa, CNPJ/MF n°....., através de seu Diretor o Sr..... (qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), portador da Carteira de Identidade RG n°....., inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF sob o n°....., **declara** ter ciência e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital.

Local da Firma/UF, de de 2019.

Razão Social
CNPJ/MF
Representante legal (nome por extenso)
CPF / RG

* Este Documento deve vir à parte, **FORA** DOS ENVELOPES “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA COMERCIAL”.



Prefeitura Municipal de Cássia
Estado de Minas Gerais

3 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR IMPRESSO PRÓPRIO DA CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL **(ENVELOPE N° 01)**, DEVIDAMENTE DATADA, CARIMBADA E ASSINADA, COMO SE SEGUE:

Local da Firma/UF, de de 2019.

À
Prefeitura de Cássia/MG

Ref: **PROCESSO LICITATÓRIO N° 464/2019**
PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019
REGISTRO DE PREÇO N° 022/2019

Prezados Senhores,

Ao submeter à apreciação de V. S^a Proposta Comercial relativa à Licitação em referência, o abaixo assinado **assume** inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma.

Se esta Proposta Comercial for aceita, conforme apresentada na folha anexa, **concorda**, dentro do prazo estipulado pela Prefeitura de Cássia/MG, em entregar e dar garantia aos produtos, dentro do(s) prazo(s) fixado(s) e em fornecer todas as garantias exigidas.

O abaixo assinado **concorda também**, em manter as condições ora ofertadas por um período de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida para entrega dos envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta Comercial”, podendo, entretanto, aceitá-la a qualquer tempo antes do término daquele prazo.

Atenciosamente,

Razão Social
CNPJ/MF
Representante legal (nome por extenso)
CPF / RG



Prefeitura Municipal de Cássia
Estado de Minas Gerais

4 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, FIRMADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA.

A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR IMPRESSO PRÓPRIO DA DECLARAÇÃO JUNTO À DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE NO ENVELOPE DA HABILITAÇÃO **(ENVELOPE N° 02)**, COMO SE SEGUE:

À
Prefeitura de Cássia/MG

Ref: **PROCESSO LICITATÓRIO N° 464/2019**
PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019
REGISTRO DE PREÇO N° 022/2019

Prezados Senhores,

A empresa, inscrita no CNPJ/MF n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)..... (qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), portador da Carteira de Identidade RG n°....., inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF sob o n°....., **declara**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz: SIM () NÃO ().

Local da Firma/UF, de de 2019.

Razão Social
CNPJ/MF
Representante legal (nome por extenso)
CPF / RG



Prefeitura Municipal de Cássia
Estado de Minas Gerais

05 - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR IMPRESSO PRÓPRIO DA DECLARAÇÃO **FORA DOS ENVELOPES** COMO SE SEGUE:

À
Prefeitura de Cássia/MG

Ref: **PROCESSO LICITATÓRIO N° 464/2019**
PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019
REGISTRO DE PREÇO N° 022/2019

Prezados Senhores,

A empresa, inscrita no CNPJ/MF n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)..... (qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), portador da Carteira de Identidade RG n°....., inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF sob o n°....., **declara**, sob as penalidades cabíveis, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no **Procedimento Licitatório n° 464/2019, Pregão Presencial n° 041/2019 - Registro de Preço n° 022/2019.**

Declaro ainda, que não se encontra incurso nos impedimentos previsto no Art. 3º, § 4º da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

Local da Firma/UF, de de 2019.

Razão Social
CNPJ/MF
Representante legal (nome por extenso)
CPF / RG

* Este Documento deve vir à parte, **FORA** DOS ENVELOPES “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA COMERCIAL”.



Prefeitura Municipal de Cássia
Estado de Minas Gerais

6 - DECLARAÇÃO OBRIGANDO-SE COMUNICAR SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVA PARA HABILITAÇÃO.

A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR IMPRESSO PRÓPRIO DA DECLARAÇÃO JUNTO À DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO (**ENVELOPE N°02**), COMO SEGUE:

À
Prefeitura de Cássia/MG

Ref: **PROCESSO LICITATÓRIO N° 464/2019**
PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019
REGISTRO DE PREÇO N° 022/2019

A empresa, CNPJ/MF n°, através de seu Diretor o Sr. (qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), portador da Carteira de Identidade RG n°, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF sob o n°, **declara** responsabilizar-se sob as penalidades cabíveis, relativamente aos documentos exigidos nesta Licitação, a comunicar a superveniência de fato impeditivo para habilitação.

Local da Firma/UF, de de 2019.

Razão Social
CNPJ/MF
Representante legal (nome por extenso)
CPF / RG



Prefeitura Municipal de Cássia
Estado de Minas Gerais

7 - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE NÃO ESTAR SUSPENSA DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR IMPRESSO PRÓPRIO DA DECLARAÇÃO JUNTO À DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO **(ENVELOPE N°02)**, COMO SEGUE:

À
Prefeitura de Cássia/MG

Ref: **PROCESSO LICITATÓRIO N° 464/2019**
PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019
REGISTRO DE PREÇO N° 022/2019

A empresa, CNPJ/MF n°, **declara**, sob as penas da lei, que não se encontra declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, até a presente data, inexistindo fatos impeditivos para sua habilitação no presente **Processo Licitatório n° 464/2019, Pregão Presencial n° 041/2019 - Registro de Preço n° 022/2019**, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local da Firma/UF, de de 2019.

Razão Social
CNPJ/MF
Representante legal (nome por extenso)
CPF / RG



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 464/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2019

REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2019

Aos ___ dias do mês de ___ do ano de dois mil e dezenove, a Prefeitura de Cássia/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.894.049/0001-38, com sede na Rua Argentina, nº 150, Jardim Alvorada, em Cássia/MG, neste ato representado pelo Senhor **Marco Leandro Almeida Arantes**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Praça Juscelino Kubitschek, nº 12, Centro, neste município de Cássia/MG, portador da cédula de identidade RG nº 12.685.469-5, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, e do CPF/MF nº 019.313.168-48, nos termos da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal 10.520/02, Decreto Municipal 097/2005 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Presencial nº 041/2019 - Registro de Preços nº 022/2019**, por deliberação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, homologado pelo Exmo. Senhor Prefeito Municipal **RESOLVE** registrar os preços para eventual contratação dos itens a seguir elencados e oferecidos pela empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada na _____, nº _____, Bairro _____, ____/____, neste ato representado por seu representante pelo (a) Sr. (a) _____, _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, ____/____ e inscrito no CPF/MF sob o nº _____ - ____.

01 – DO OBJETO

O objeto desta Ata é a “**Futura e Eventual Aquisição de Pão, Leite Pasteurizado, Quitandas, Salgadinhos e Outros para a Manutenção das Atividades da Administração Municipal**”, conforme Termo de Referência e quantidades e valores estabelecidos em anexo.

02 – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

I – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, iniciando-se em ____/____/2019 com término previsto para ____/____/2020.

II – Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal não será obrigada a adquirir os produtos referidos nesta Ata, sem que, de fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas registradas.

III – Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no Artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos às suas detentoras o contraditório e a ampla defesa.

03 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para o fornecimento do respectivo objeto, por todos os órgãos da administração direta e indireta do Município de Cássia/MG.

II - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade pública que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/13, e na Lei nº 8.666/93 e, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

04 – DO VALOR

I – Os valores ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata, através de Pregão Presencial, são os constantes de seus anexos, de acordo com a respectiva classificação do **Pregão Presencial nº 041/2019**.

II – Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições do Decreto nº 097/05 de 16 de agosto de 2.005 que institui o Registro de Preços no Município, assim como as cláusulas e condições constantes do **Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 022/2019**, que precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

III – Em cada fornecimento, o valor dos produtos a serem pagos serão os constantes da proposta apresentada, também no **Pregão Presencial nº 041/2019** pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

05 – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

I – Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será de, no máximo, **48 horas**, e será contado a partir da emissão e envio da Ordem de Fornecimento.

II – O local de entrega será determinado em Ordem de Fornecimento e a entrega do produto Leite Pasteurizado, se detentora da Ata de Registro de Preços, deverá ser realizada em veículo isotérmico, dotados de equipamentos de refrigeração, o qual deverá estar em funcionamento deste o início do carregamento até a entrega do produto, em conformidade com especificações do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

III - As despesas com impostos e encargos, locomoção, transporte, equipamentos, operadores e outras mais que se fizerem necessárias para o fornecimento do (s) produto (s) será (ão) de inteira responsabilidade da detentora signatária, sem qualquer tipo de ônus para a Prefeitura Municipal.

IV - A quantidade de produto (s) a ser fornecido deve ser autorizada pela Prefeitura Municipal ou a quem esta designar.

V - Qualquer sinistro que porventura vir a ocorrer, seja de natureza material ou pessoal, será de inteira responsabilidade da detentora signatária da presente ATA, se comprovada sua responsabilidade.

VI – A detentora Responsabilizar-se-á pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

VII - O dever previsto na cláusula V implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 dias corridos, o produto com avarias ou defeitos.

VIII - A signatária deverá apresentar amostra (s) e ficha (s) técnica (s) de (s) produto (s), caso seja solicitado pelo setor responsável.

IX - A empresa signatária da presente Ata está obrigada a fornecer o (s) produto (s) imediatamente após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

06 – DAS ALTERAÇÕES

I - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

II - Poderá ocorrer revisão nos preços contratados, se necessário a estabelecer o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, por fato superveniente, imprevisível e inevitável, mediante apresentação da planilha de custo que comprove a alta do valor dos produtos, nos limites e datas em que ocorrem as variações, observados os limites legais de reajuste e o interesse público.

III- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
2. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

IV- A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada para análise e decisão de aceitabilidade pela administração.

V- É vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

07 – DO PAGAMENTO

I – A signatária deverá apresentar à Seção de Compras uma Nota Fiscal Eletrônica, constando quantidade, especificação e preço dos produtos fornecidos, **de acordo com Ordem de Fornecimento que é vinculada à nota de empenho**, previamente enviada, aguardando **30 (trinta) dias corridos** após a entrega e aceite dos mesmos para efetuação do pagamento.

II – A Prefeitura de Cássia/MG somente efetuará pagamento se todos os itens da Ordem de Fornecimento forem fornecidos, haja vista que a Ordem de Fornecimento Completa está vinculada a uma única nota de empenho.

08 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

I – O contrato de fornecimento decorrente da presente Ata de Registro de Preços, quando exigido, será formalizado pela Seção de Licitações e Contratos da Prefeitura de Cássia/MG.

II – A detentora da presente ATA será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta ATA, mesmo que a entrega deles estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

III – Se a especificação dos produtos entregues estiver em desacordo com o especificado no Anexo I do Edital de **Pregão Presencial nº 041/2019 - Registro de Preços nº 022/2019**, a remessa do produto será devolvida à detentora para substituição – ou reparo – no prazo máximo de 2 horas ou outro prazo conforme o caso, independente de aplicação de penalidades.

IV – Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante Ordem de Fornecimento, devendo constar data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local da entrega, o carimbo e assinatura do responsável.

V – Os produtos deverão ser entregues acompanhados de Nota Fiscal Eletrônica, ou Nota Fiscal Fatura, conforme o caso.

09 – DAS PENALIDADES

I – A recusa injustificada de assinar a Ata, pelas empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços no presente instrumento de registro, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal 8.666/93, ao critério da administração.

II – A recusa injustificada, das detentoras da Ata, em retirar as Ordens de Fornecimento, dentro do prazo de cinco dias, contados da emissão das mesmas, poderá implicar em multa de 10% do valor do documento de empenhamento de recursos.

III – Pela inexecução parcial ou total de cada ajuste representado pela Nota de Empenho, a Administração poderá aplicar, às detentoras da presente Ata, a penalidade de 10% do valor remanescente da Nota de Empenho, em qualquer hipótese de inexecução parcial do contrato, ou de qualquer outra irregularidade.

IV – As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos devidos às detentoras da Ata, podendo, entretanto, ser inscritas párea constituir dívida ativa, na forma da Lei.

10 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

I – O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no artigo 73, II, “a” e “b” da Lei Federal 8.666/93.

II – A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do artigo 73, II, “a” e “b” da Lei Federal 8.666/93.

11 – DO CANCELAMENTO DA ATA

I – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada se, de pleno direito:

A – a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

B – a detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C – a detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

D – em qualquer das hipóteses de inexecução parcial ou total de contrato decorrente de registro de preços, se assim decidido pela Administração;

E – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;



Prefeitura Municipal de Cássia

Estado de Minas Gerais

- F – por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado pela administração;
- G – a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;
- H – no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do município, considerando-se cancelado o desconto registrado a partir da publicação;
- I – pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata, ou a juízo da Administração, quando comprovada ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93;
- J – a solicitação das detentoras para cancelamento dos descontos registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação de penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

12 – DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

- I – O fornecimento do objeto da presente Ata será autorizado, caso a caso, pela Prefeitura Municipal, a pedido dos Setores.

13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I – Fica eleito o foro da Comarca de Cássia/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
- II – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto Municipal nº 097/05, a Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis e, subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Cássia/MG, ____ de _____ de 2019.

Marco Leandro Almeida Arantes
Prefeito Municipal
Contratante

Nome do responsável
Razão Social da Empresa
CNPJ/MF
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
RG: _____ RG: _____
CPF/MF: _____ CPF/MF: _____

Afixado no quadro de avisos da Prefeitura de
Cássia/MG, conforme determina o Artigo nº 28
da Lei Orgânica Municipal.

“Publicidade dos Atos Administrativos”

____ / ____ / 2019

Assinatura



Prefeitura Municipal de Cássia
Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 464/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2019

A Prefeitura de Cássia/MG torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, a fim de selecionar propostas para Registro de Preços, em Sessão Pública em sua sede, na Rua Argentina, nº 150, Jardim Alvorada, na sala da Seção de Licitações e Contratos, **às 8h do dia 02 de setembro de 2019**, quando serão recebidos os credenciamentos, envelopes de proposta comercial (nº 01) e documentos de habilitação (nº 02), tendo como objeto a **“Futura e Eventual Aquisição de Pão, Leite Pasteurizado, Quitandas, Salgadinhos e Outros para a Manutenção das Atividades da Administração Municipal”**, cujo critério de julgamento será o de **“Menor Preço por Item”**, conforme planilha constante nos Anexos I e II.

O Edital do Pregão está à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, das 7h às 11h e das 13h às 17h – informações pelo tel. (0**35)3541-5000 Ramais 209 e 210, pelos e-mails alessandro.andrade@cassia.mg.gov.br, daniela.sampaio@cassia.mg.gov.br e ou marcos.veiga@cassia.mg.gov.br e para tirar dúvidas técnicas Ramal 212 ou pelo e-mail bruno.carvalho@cassia.mg.gov.br ou pelo site www.cassia.mg.gov.br.

Cássia/MG, 19 de agosto de 2019.

Marcos Aparecido Veiga Batista
Pregoeiro

Afixado no quadro de avisos da Prefeitura de Cássia/MG, conforme determina o Artigo nº 28 da Lei Orgânica Municipal.

“Publicidade dos Atos Administrativos”

20 / 08 / 2019

Assinatura